

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Nota de Política Pública: O que sabemos sobre Transferências Condicionadas de Renda e Bolsa Família

Victor Rangel

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16314>

Submetido em: 2026-05-27

Postado em: 2026-06-03 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

Nota de Política Pública: O que sabemos sobre Transferências Condicionadas de Renda e Bolsa Família

Victor Rangel

Insper

<https://orcid.org/0000-0002-4520-2795>

victorrsr@al.insper.edu.br

Resumo

Transferências condicionadas de renda, conhecidas na literatura internacional como *conditional cash transfers* (CCTs), pagam benefício monetário a famílias pobres e vinculam o recebimento a compromissos verificáveis, em geral escola e saúde. No Brasil, o Bolsa Família combina escala nacional, focalização pelo Cadastro Único, titularidade prioritária feminina e condicionalidades. A literatura latino-americana e a evidência brasileira convergem em matrícula, permanência escolar, uso preventivo de saúde, consumo e redução do trabalho infantil. Aprendizagem, renda de longo prazo e oferta de trabalho adulta dependem mais da qualidade da oferta pública, da idade de exposição e do desenho de saída. Para a decisão pública brasileira, o programa deve ser lido como infraestrutura de proteção social e de coordenação intersetorial.

Palavras-chave: Bolsa Família; transferências condicionadas de renda; política pública; proteção social; evidência.

1 O que o gestor público precisa saber

Uma transferência condicionada de renda é uma política com três peças: pagamento regular a famílias pobres, regra de elegibilidade para decidir quem entra e compromissos sociais que aproximam a família de serviços públicos. No Bolsa Família, esses compromissos incluem vacinação, acompanhamento nutricional de crianças menores de sete anos, pré-natal e frequência escolar mínima. Em abril de 2026, o programa atendia 18,9 milhões de famílias e 49,2 milhões de pessoas, com benefício médio de R\$678,22 e investimento mensal de cerca de R\$12,8 bilhões (Ministerio do Desenvolvimento e Assistencia Social, Familia e Combate a Fome, 2023, 2026).

A Lei n. 14.601/2023 define elegibilidade por renda familiar per capita de até R\$218, benefícios por pessoa e por composição familiar, piso por família, prioridade operacional para mulheres e regras de permanência/saída. O Decreto n. 12.064/2024 regulamenta a operação do programa e a regra de proteção, que suaviza a transição quando a renda familiar aumenta (Brasil, 2023, 2024). Essa arquitetura é a base do debate: o programa precisa pagar com previsibilidade, alcançar quem deve alcançar e atualizar informações sem transformar controle em barreira de acesso.

Essa arquitetura também tem história institucional. A transição de Fome Zero para Bolsa Família e as primeiras avaliações comparativas do programa mostram que o caso brasileiro combinou política de renda, coordenação federativa e focalização cadastral antes de se tornar uma plataforma de escala nacional (Hall, 2006; Soares et al., 2010; Soares, 2011).

A comparação internacional separa o que está bem estabelecido do que ainda muda com o contexto. A literatura sobre transferências condicionadas foi construída em torno de avaliações experimentais e quase-experimentais do Progreso/Oportunidades no México, RPS na Nicarágua, PRAF em Honduras, Bono de Desarrollo Humano no Equador e Familias en Acción na Colômbia. Revisões e sínteses mostram que esses programas aumentam investimento em capital humano quando transferem renda a famílias pobres sob compromissos verificáveis de escola e saúde (Fiszbein et al., 2009; Parker and Todd, 2017; Baird et al., 2013; Molina Millan et al., 2019).

O consenso, porém, é assimétrico: é mais forte para permanência escolar e uso de serviços; é mais cauteloso para aprendizagem, produtividade e renda adulta. Revisões críticas ajudam a disciplinar essa leitura: CCTs organizam incentivos e proteção, mas não substituem qualidade de escola, saúde, saneamento e mercado de trabalho (Jones, 2016; Ladhani and Sitter, 2020). Nesta nota, evidência comparada consolidada, evidência administrativa brasileira e estudos de fronteira têm pesos diferentes: os dois primeiros sustentam conclusões; o terceiro orienta desenho e monitoramento.

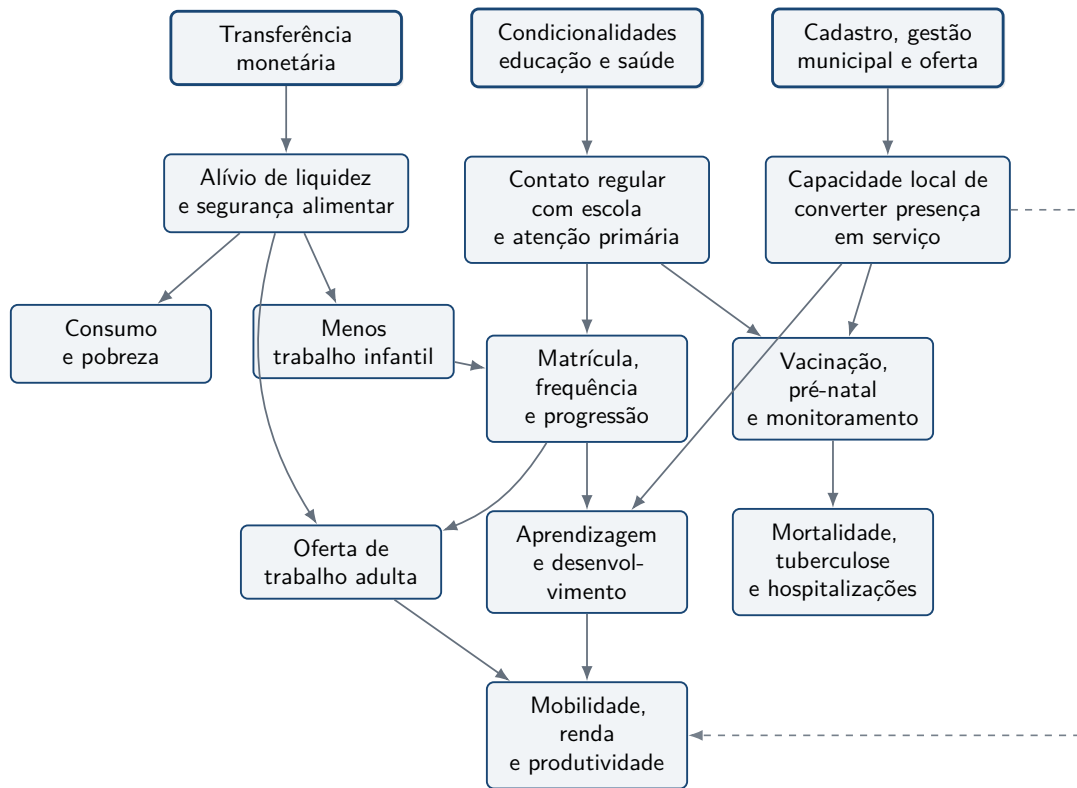
2 Mecanismos e força da evidência

A Figura 1 deve ser lida como uma cadeia de produção de resultados públicos. O Bolsa Família começa como renda, mas opera por meio de instituições: orçamento familiar, escola, atenção primária, Cadastro Único e gestão municipal. A pergunta relevante para a política pública é onde a literatura observa resposta consistente, onde a resposta depende de complementaridades e onde o horizonte ainda é longo para transformar proteção em mobilidade.

O primeiro elo é orçamentário. Dinheiro previsível reduz restrições de liquidez, protege consumo e muda decisões de curto prazo dentro da família. Por isso, a evidência é mais forte em pobreza, consumo, segurança alimentar e trabalho infantil: esses desfechos estão próximos do benefício e exigem poucas mediações institucionais. Estudos comparados de CCTs e avaliações brasileiras convergem nessa margem porque a relação entre instrumento e resultado é curta e observável (Fiszbein et al., 2009; Parker and Todd, 2017; Baird et al., 2013; Glewwe and Kassouf, 2012; de Brauw et al., 2015b).

O segundo elo é institucional. Condicionalidades aumentam o contato regular com escola e saúde, criando uma rotina de matrícula, frequência, vacinação, pré-natal e acompanhamento infantil. Nessa camada, a evidência também é densa, mas já depende de capacidade administrativa: a família precisa estar corretamente cadastrada, a escola precisa registrar frequência, a unidade de saúde precisa acompanhar crianças e gestantes, e o município precisa transformar informação em busca ativa. Essa é a contribuição institucional do caso brasileiro para a literatura internacional. O programa funciona em escala nacional e depende de uma engrenagem federativa que combina CadÚnico, SUS, escolas e gestão local.

O terceiro elo é de conversão. Aprendizagem, mortalidade evitável, produtividade, renda adulta e mobilidade social aparecem depois que a presença em serviços vira atendimento de qualidade e depois que crianças expostas ao programa chegam a idades decisivas. A força da evidência fica mais sensível ao desenho do estudo, à coorte, ao território e ao tempo. Essa gradação organiza a leitura da literatura: resultados próximos mostram o que a transferência e as condicionalidades fazem bem; resultados finais mostram onde Bolsa Família, oferta pública e mercado de trabalho precisam operar juntos.



A evidência é mais convergente nas margens próximas ao benefício e às condicionalidades; resultados finais dependem de oferta, gestão e horizonte.

Figura 1: Cadeia de mecanismos entre transferência, condicionalidades, gestão cadastral e resultados

Mapa das setas. Transferência→liquidez: Fiszbein et al. (2009) e Parker and Todd (2017); liquidez→consumo/pobreza: Angelucci and De Giorgi (2009); liquidez→trabalho infantil→escola: Skoufias and Parker (2001), Schady and Araujo (2006) e Galiani and McEwan (2013); liquidez/escola→oferta adulta: de Brauw et al. (2015a) e Best et al. (2026). Condicionalidades→contato: Schultz (2004) e Baird et al. (2013); contato→matrícula/frequência/progressão: Glewwe and Kassouf (2012), de Brauw et al. (2015b) e Santos et al. (2019); contato/capacidade→vacinação, pré-natal e monitoramento: Gertler (2004), Shei et al. (2014), Guanais (2015), Lagarde et al. (2007) e Owusu-Addo and Cross (2014); uso de saúde→mortalidade, tuberculose e hospitalizações: Rasella et al. (2013), Machado et al. (2018), Jesus et al. (2025), Souza and Heller (2021) e Cavalcanti et al. (2025). Cadastro/gestão/oferta→capacidade local: Fiszbein et al. (2009), Parker and Todd (2017) e Firpo and Prado (2026); capacidade local e condições territoriais→mobilidade/renda (seta tracejada): Fassarella et al. (2024); capacidade/escola→aprendizagem: Paxson and Schady (2010), Macours et al. (2012), Attanasio et al. (2014), Molina Millan et al. (2020) e Cepaluni and Driscoll (2025); aprendizagem/trabalho→mobilidade, renda e produtividade: Parker and Vogl (2023), Fassarella et al. (2024) e Best et al. (2026).

A leitura prática vem dessa sequência. A camada de renda exige previsibilidade e focalização. A camada de condicionalidades pede vínculo com escola e saúde, com busca ativa quando a família some do serviço. A camada de resultados finais depende da combinação entre Bolsa Família, qualidade de oferta, atualização cadastral e regras de transição para o trabalho formal.

3 Tabela de evidência para decisão pública

A Tabela 1 traduz a literatura em margens de decisão. “Maturidade” significa combinação de desenho crível, dados adequados, replicação ou escala administrativa, e proximidade entre o desfecho e o mecanismo do programa. Estudos de fronteira e relatórios operacionais entram como insumo para desenho e monitoramento, com linguagem mais cautelosa sobre impacto.

Tabela 1: O que a evidência permite afirmar, por margem de política

Margem	Leitura para decisão	Base de evidência	Maturidade	Ação pública
Pobreza e consumo	Efeito mais direto: a renda protege consumo e reduz pobreza no curto prazo.	Revisões de CCTs e spillovers locais (Fiszbein et al., 2009; Angelucci and De Giorgi, 2009).	Alta no curto prazo	Preservar valor, regularidade de pagamento e focalização; acompanhar efeitos territoriais.
Educação básica	Resultado consistente para presença, permanência e progressão; aprendizagem depende de escola.	Ensaio, meta-análise e quase-experimentos; evidência brasileira de matrícula/progressão (Schultz, 2004; Garcia and Saavedra, 2017; Glewwe and Kassouf, 2012; de Brauw et al., 2015b; Draeger, 2021).	Alta	Manter frequência como alerta operacional; acoplar alfabetização, recomposição e transição ao ensino médio.
Trabalho infantil	Cai quando a família tem renda e a permanência escolar fica menos custosa.	Evidência comparada sobre escola e trabalho infantil (Skoufias and Parker, 2001; Schady and Araujo, 2006; Galiani and McEwan, 2013).	Alta	Monitorar trabalho infantil como margem própria de proteção, articulada à frequência escolar.
Aprendizagem e primeira infância	Há ganhos, mas eles dependem de qualidade da oferta e serviços complementares.	Estudos com desenho alternativo, persistência, desenvolvimento infantil e intervenções acopladas (Paxson and Schady, 2010; Macours et al., 2012; Attanasio et al., 2014; Barrera-Osorio et al., 2019; Molina Millan et al., 2020).	Média-alta	Usar o Bolsa Família como plataforma para primeira infância, visitas, nutrição e qualidade escolar.
Saúde	Uso preventivo responde bem; efeitos finais aparecem em desfechos sensíveis à pobreza, à atenção primária e ao ambiente.	Mortalidade infantil, uso de serviços, nutrição, saúde ambiental, violência, tuberculose e modelagem de longo período no Brasil (Rasella et al., 2013; Shei et al., 2014; Guanais, 2015; Souza and Heller, 2021; Machado et al., 2018; Jesus et al., 2025; Cavalcanti et al., 2025).	Alta para Brasil	Integrar CadÚnico, atenção primária, vacinação, pré-natal, saneamento e busca ativa territorial.
Oferta de trabalho adulta	A tese de desincentivo amplo é fraca; o risco maior é punir renda formal observável.	Evidência brasileira sobre horas/setor; estudo de fronteira sobre generosidade (de Brauw et al., 2015a; Best et al., 2026).	Média-alta; fronteira	Aperfeiçoar regra de proteção e saída gradual; reduzir saltos que desestimulam formalização.
Fecundidade, crime e longo prazo	Efeitos secundários existem em algumas margens, mas são mais dependentes de coorte, território e tempo.	Fecundidade adolescente, crime urbano, mobilidade social e longo prazo (Olson et al., 2019; Chioda et al., 2016; Parker and Todd, 2017; Parker and Vogl, 2023; Parker and Ryu, 2023; Fassarella et al., 2024).	Média-alta	Avaliar spillovers e coortes; tratar o programa como política de renda, educação, saúde e proteção territorial.

Nota: “Alta” indica evidência replicada ou administrativa de grande escala em desfechos próximos ao mecanismo. “Média-alta” indica evidência crível, mas mais dependente de oferta, coorte, método ou horizonte. Estudos de fronteira e relatórios operacionais podem orientar desenho, mas recebem linguagem mais cautelosa.

4 O caso brasileiro

O Brasil acrescenta duas margens à literatura comparada. Primeiro, a escala administrativa do Bolsa Família permite observar resultados que experimentos menores não conseguem acompanhar: mortalidade municipal, tuberculose em grandes coortes, fecundidade adolescente e crime urbano. Segundo, o programa opera como política federativa: a mesma transferência depende de escola, SUS, CadÚnico e gestão municipal para virar resultado final.

Essa dimensão territorial aparece com clareza em [Fassarella et al. \(2024\)](#). Os autores acompanham a primeira geração de crianças e jovens beneficiários do Bolsa Família, observados em 2005 e reidentificados em bases administrativas até 2019. Entre jovens que tinham 21 a 30 anos em 2019, 64% já não constavam como beneficiários de programas sociais federais e 45% haviam acessado o mercado formal ao menos uma vez entre 2015 e 2019. A saída, portanto, existe em escala relevante, mas aparece ligada à estrutura de oportunidade disponível no território.

O achado mais útil para desenho de política é a heterogeneidade local. [Fassarella et al.](#) mostram que melhores condições de saúde, educação e atividade econômica municipal estão associadas a maior mobilidade dos antigos beneficiários ([Fassarella et al., 2024](#)). A leitura para gestores é simples: a porta de saída do Bolsa Família depende de renda familiar, mas também depende de escola, atenção primária, dinamismo econômico e capacidade local. O programa protege e conecta; a mobilidade acontece com mais frequência onde essa conexão encontra serviços e emprego.

Em educação, [Glewwe and Kassouf \(2012\)](#) estimam que o Bolsa Escola/Família aumentou matrícula em cerca de 5,5% nas séries iniciais e 6,5% nas séries finais do fundamental, reduziu evasão em 0,5 e 0,4 ponto percentual e elevou promoção escolar em 0,9 e 0,3 ponto percentual. Com dados longitudinais domiciliares, [de Brauw et al. \(2015b\)](#) encontram efeitos concentrados entre meninas: participação escolar 8 pontos percentuais maior e progressão 10 pontos percentuais maior, com heterogeneidade por idade e área rural/urbana. A revisão sistemática de [Santos et al. \(2019\)](#) chega a leitura parecida para o Brasil: há evidência mais favorável em abandono e frequência do que em proficiência e desempenho. Estudo brasileiro recente sobre ganhos intergeracionais de desempenho reforça a gradação: os efeitos aparecem, mas são pequenos e variam com território ([Cepaluni and Driscoll, 2025](#)). A leitura é clara: o programa é forte para permanência e progressão; aprendizagem exige políticas complementares.

Em saúde, a evidência é especialmente relevante para a formulação brasileira. [Rasella et al. \(2013\)](#) associam cobertura consolidada do programa a menor mortalidade em menores de cinco anos, com efeitos maiores para causas sensíveis à pobreza e à atenção primária, como desnutrição e diarreia. [Shei et al. \(2014\)](#) mostram maior uso de monitoramento de crescimento e vacinação em uma amostra urbana. Em escala administrativa, [Jesus et al. \(2025\)](#) estimam, na Coorte de 100 Milhões, associação entre Bolsa Família e menor incidência de tuberculose (aRR 0,59) e mortalidade por tuberculose (aRR 0,69), com efeitos maiores entre indígenas, pretos e pardos e pessoas em extrema pobreza.

O corpus brasileiro de saúde é mais amplo do que três estudos centrais. Ele inclui avaliações sobre saúde geral, expansão da atenção primária, nutrição, saúde ambiental, saúde neonatal e violência ([Rivera Castineira et al., 2009](#); [Guanais, 2015](#); [Pinho Neto and Berriel, 2017](#); [Souza and Heller, 2021](#); [Lucas et al., 2022](#); [Machado et al., 2018](#)). Revisões comparadas reforçam que CCTs podem aumentar uso de serviços e melhorar margens de saúde infantil, desde que a rede de saúde consiga absorver a demanda ([Lagarde et al., 2007](#); [Owusu-Addo and Cross, 2014](#)). A revisão sistemática de [Souza and Heller \(2021\)](#) é útil para desenho intersetorial: Bolsa Família e saneamento aparecem com efeitos positivos independentes sobre doença e morte por diarreia e desnutrição em menores de cinco anos, enquanto a interação entre os dois instrumentos segue pouco estudada. O ponto para gestores é operacional: renda e condicionalidades ajudam, mas água, esgoto e vigilância territorial ampliam a capacidade de converter proteção em saúde. O corpus também inclui protocolos de coortes administrativas que ainda servem mais para desenho de avaliação do que para resultado final publicado ([Pescarini et al., 2020](#)). Uma modelagem retrospectiva recente estima efeitos acumulados em hospitalizações e mortalidade de 2004 a 2019, com projeções até 2030; por ser modelagem agregada, ela contribui para escala e planejamento,

com peso menor que desenhos empíricos anteriores (Cavalcanti et al., 2025).

O debate sobre trabalho precisa separar participação agregada de realocação setorial. Em de Brauw et al. (2015a), o resultado principal é duplo: pouca evidência de desincentivo agregado e mudança de horas do setor formal para informal em áreas urbanas, compatível com incentivos de teste de renda. A evidência de fronteira de Best et al. (2026) aponta em direção ainda mais forte: um aumento de generosidade para extremamente pobres elevou emprego em 5%, reduziu hospitalizações em 8% e mortalidade em 14%. Como working paper, esse estudo deve ser lido com cautela; como hipótese de política, ele torna fraca a intuição simples de que transferência necessariamente reduz trabalho.

5 Implicações

1. Manter renda e focalização é a base operacional do programa. A evidência mais estável vem de alívio de liquidez, proteção contra choques e permanência de crianças na escola. Cortes que reduzem valor real, previsibilidade ou cobertura enfraquecem o primeiro elo da cadeia.

2. A agenda educacional deve sair de frequência para transição e aprendizagem. Frequência é o mínimo verificável. O próximo ganho marginal está em alfabetização, distorção idade-série, ensino médio, abandono juvenil e conectividade entre escola, assistência e família.

3. O Bolsa Família deve ser tratado como política sanitária intersetorial. Os resultados em mortalidade infantil, uso preventivo e tuberculose indicam que renda e atenção primária se reforçam. A integração operacional com vacinação, pré-natal, acompanhamento nutricional e busca ativa deve ser vista como parte do desenho.

4. A regra de proteção e a saída gradual são centrais para trabalho formal. A literatura recomenda preservar a proteção social e desenhar transições suaves para a renda formal observável. O risco operacional é criar saltos que tornem a formalização financeiramente custosa para famílias pobres.

5. O redesenho de 2023 precisa de monitoramento operacional. Boa parte da evidência avalia o desenho histórico. O novo piso por família, a ênfase na primeira infância, a engenharia de benefícios e a regra de proteção devem ser acompanhados com indicadores públicos de cobertura, inclusão indevida, exclusão indevida, contestação e tempo de resposta.

6. Capacidade municipal deve ser medida junto com cumprimento familiar. Condicionalidade e integridade dependem de equipe, conectividade, busca ativa, atualização cadastral, UBS e escola. O desenho federal deve financiar e acompanhar capacidade local, e a cobrança de conformidade precisa considerar essas condições.

6 Integridade e capacidade fiscal

Para o caso brasileiro, a discussão final combina duas exigências: preservar a proteção social e corrigir pagamentos indevidos com instrumentos proporcionais. A regra prática é pagar rápido a quem tem direito, corrigir o que está errado e garantir contestação antes que controle vire exclusão. O relatório de Sergio Firpo e Thaline Prado propõe uma agenda infralegal de integridade para benefícios de proteção social baseada em cruzamentos administrativos, automação de rotinas, qualificação cadastral e revisão orientada por risco (Firpo and Prado, 2026). Para o Bolsa Família, a proposta combina batimentos com CNIS, e-Social, RAIS, MEI e bases de concessionárias, atualização cadastral por risco e amostragem estratificada para verificação domiciliar.

A síntese para gestores é direta. Primeiro, integridade é parte da sustentabilidade do programa: melhora legitimidade, reduz pagamento indevido e pode recompor capacidade fiscal sem reduzir o valor devido às famílias elegíveis. Segundo, controle precisa de governança: bases, chaves de interoperabilidade, trilhas de auditoria, tempo de resposta, taxa de falsos positivos, reversões após contestação e judicialização devem ser

monitorados. Terceiro, a regra de proteção é central: uma boa revisão cadastral deve diferenciar fraude, erro cadastral, mudança legítima de renda e transição para o trabalho.

O número fiscal deve vir depois dessa regra de proteção. O relatório estima, para o Bolsa Família, economia potencial de aproximadamente R\$4,246 bilhões em 12 meses, dentro de um pacote de medidas de proteção social com economia potencial total de R\$22,366 bilhões por ano (Firpo and Prado, 2026). Esses números indicam potencial operacional para correção de pagamentos indevidos. O ganho legítimo preserva o direito de famílias elegíveis e registra falsos positivos, reversões e judicialização.

Referências

- Angelucci, M. and De Giorgi, G. (2009). Indirect effects of an aid program: How do cash transfers affect ineligibles' consumption? *American Economic Review*, 99(1):486-508.
- Attanasio, O., Fitzsimons, E., Gomez, A., Gutierrez, M. I., Meghir, C., and Mesnard, A. (2010). Children's schooling and work in the presence of a conditional cash transfer program in rural colombia. *Economic Development and Cultural Change*, 58(2):181-210.
- Attanasio, O. P., Fernandez, C., Fitzsimons, E. O. A., Grantham-McGregor, S. M., Meghir, C., and Rubio-Codina, M. (2014). Using the infrastructure of a conditional cash transfer program to deliver a scalable integrated early child development program in colombia: Cluster randomized controlled trial. *BMJ*, 349:g5785.
- Baird, S., Ferreira, F. H. G., Özler, B., and Woolcock, M. (2013). Relative effectiveness of conditional and unconditional cash transfers for schooling outcomes in developing countries: A systematic review. *Campbell Systematic Reviews*, 9(8).
- Baird, S., McIntosh, C., and Ozler, B. (2019). When the money runs out: Do cash transfers have sustained effects on human capital accumulation? *Journal of Development Economics*, 140:169-185.
- Barham, T., Macours, K., and Maluccio, J. A. (2013). More schooling and more learning? effects of a three-year conditional cash transfer program in nicaragua after 10 years. IDB Working Paper 432, Inter-American Development Bank.
- Barrera-Osorio, F., Linden, L. L., and Saavedra, J. E. (2019). Medium- and long-term educational consequences of alternative conditional cash transfer designs: Experimental evidence from colombia. *American Economic Journal: Applied Economics*, 11(3):54-91.
- Best, M. C., Lobel, F., and Pinho Neto, V. (2026). Cash transfers and productive inclusion: Evidence from bolsa familia. Working Paper 35006, National Bureau of Economic Research.
- Brasil (2023). Lei n. 14.601, de 19 de junho de 2023: Institui o programa bolsa familia. Legislação federal.
- Brasil (2024). Decreto n. 12.064, de 17 de junho de 2024: Regulamenta o programa bolsa familia. Legislação federal.
- Cavalcanti, D. M., Ordonez, J. A., da Silva, A. F., Basterra, E. L., Moncayo, A. L., Chivardi, C., Hessel, P., Sironi, A. P., Paes de Sousa, R., Campello, T., Souza, L. E., and Rasella, D. (2025). Health effects of the brazilian conditional cash transfer programme over 20 years and projections to 2030: A retrospective analysis and modelling study. *The Lancet Public Health*, 10(7):e548-e558.
- Cepaluni, G. and Driscoll, A. (2025). Do conditional cash transfers improve intergenerational gains in educational achievement? evidence from brazil's bolsa familia program. *World Development*, 185:106852.
- Chioda, L., de Mello, J. M. P., and Soares, R. R. (2016). Spillovers from conditional cash transfer programs: Bolsa familia and crime in urban brazil. *Economics of Education Review*, 54:306-320.
- de Brauw, A., Gilligan, D. O., Hoddinott, J., and Roy, S. (2015a). Bolsa familia and household labor supply. *Economic Development and Cultural Change*, 63(3):423-457.
- de Brauw, A., Gilligan, D. O., Hoddinott, J., and Roy, S. (2015b). The impact of bolsa familia on schooling. *World Development*, 70:303-316.
- Draeger, E. (2021). Do conditional cash transfers increase schooling among adolescents? *International Economics and Economic Policy*, 18:729-755.
- Fassarella, E., Ferreira, S., Franco, S., Pinho Neto, V., Ribeiro, G., Schuabb, V., and Tafner, P. (2024). Social mobility and cct programs: The bolsa familia program in brazil. *World Development Perspectives*, 35:100624.
- Firpo, S. and Prado, T. (2026). Propostas infralegais para integridade e correcao de beneficios de protecao social: eficiencia do gasto e recomposicao da capacidade fiscal. Technical report, Insper. Relatorio de pesquisa; Movimento Orcamento Bem Gasto e Mais Progresso.org.
- Fiszbein, A., Schady, N., Ferreira, F. H. G., Grosh, M., Keleher, N., Olinto, P., and Skoufias, E. (2009). *Conditional Cash Transfers: Reducing Present and Future Poverty*. World Bank.
- Galiani, S. and McEwan, P. J. (2013). The heterogeneous impact of conditional cash transfers. *Journal of Public Economics*, 103:85-96.
- Garcia, S. and Saavedra, J. E. (2017). Educational impacts and cost-effectiveness of conditional cash transfer programs in developing countries: A meta-analysis. *Review of Educational Research*, 87(5):921-965.
- Gertler, P. (2004). Do conditional cash transfers improve child health? evidence from progressa's control randomized experiment. *American Economic Review*, 94(2):336-341.
- Glewwe, P. and Kassouf, A. L. (2012). The impact of the bolsa escola/familia conditional cash transfer program on enrollment, dropout rates and grade promotion in brazil. *Journal of Development Economics*, 97(2):505-517.

- Guanais, F. C. (2015). The combined effects of the expansion of primary health care and conditional cash transfers on infant mortality in brazil, 1998-2010. *American Journal of Public Health*, 105(S4):S593-S599.
- Hall, A. (2006). From fome zero to bolsa familia: Social policies and poverty alleviation under lula. *Journal of Latin American Studies*, 38(4):689-709.
- Jesus, G. S., Gestal, P. F. P. S., Silva, A. F., et al. (2025). Effects of conditional cash transfers on tuberculosis incidence and mortality according to race, ethnicity and socioeconomic factors in the 100 million brazilian cohort. *Nature Medicine*, 31:653-662.
- Jones, H. (2016). More education, better jobs? a critical review of ccts and brazil's bolsa familia programme for long-term poverty reduction. *Social Policy and Society*, 15(3):465-478.
- Ladhani, S. and Sitter, K. C. (2020). Conditional cash transfers: A critical review. *Development Policy Review*, 38(1):28-41.
- Lagarde, M., Haines, A., and Palmer, N. (2007). Conditional cash transfers for improving uptake of health interventions in low- and middle-income countries: A systematic review. *JAMA*, 298(16):1900-1910.
- Lopez Boo, F. and Creamer, J. (2019). Cash, conditions, and child development: Experimental evidence from a cash transfer program in honduras. *Economia*, 19(2):169-196.
- Lucas, A. D. P., Ferreira, M. d. O., Lucas, T. D. P., and Salari, P. (2022). The intergenerational relationship between conditional cash transfers and newborn health. *BMC Public Health*, 22(1).
- Machado, D. B., Rodrigues, L. C., Rasella, D., Barreto, M. L., and Araya, R. (2018). Conditional cash transfer programme: Impact on homicide rates and hospitalisations from violence in brazil. *PLOS ONE*, 13(12):e0208925.
- Macours, K., Schady, N., and Vakis, R. (2012). Cash transfers, behavioral changes, and cognitive development in early childhood: Evidence from a randomized experiment. *American Economic Journal: Applied Economics*, 4(2):247-273.
- Maluccio, J. A. and Flores, R. (2005). Impact evaluation of a conditional cash transfer program: The nicaraguan red de proteccion social. Research Report 141, International Food Policy Research Institute.
- Ministerio do Desenvolvimento e Assistencia Social, Familia e Combate a Fome (2023). O que sao as condicionalidades do programa bolsa familia? Perguntas frequentes.
- Ministerio do Desenvolvimento e Assistencia Social, Familia e Combate a Fome (2026). Bolsa familia chega a 18,9 milhoes de lares a partir desta quinta-feira (16.04). Noticia oficial.
- Molina Millan, T., Barham, T., Macours, K., Maluccio, J. A., and Stampini, M. (2019). Long-term impacts of conditional cash transfers: Review of the evidence. *The World Bank Research Observer*, 34(1):119-159.
- Molina Millan, T., Macours, K., Maluccio, J. A., and Tejerina, L. (2020). Experimental long-term effects of early-childhood and school-age exposure to a conditional cash transfer program. *Journal of Development Economics*, 143:102385.
- Olson, Z., Clark, R. G., and Reynolds, S. A. (2019). Can a conditional cash transfer reduce teen fertility? the case of brazil's bolsa familia. *Journal of Health Economics*, 63:128-144.
- Owusu-Addo, E. and Cross, R. (2014). The impact of conditional cash transfers on child health in low- and middle-income countries: A systematic review. *International Journal of Public Health*, 59(4):609-618.
- Parker, S. W. and Ryu, S. (2023). Do conditional cash transfers reduce fertility? nationwide evidence from mexico. *Population and Development Review*, 49(3):599-616.
- Parker, S. W. and Todd, P. E. (2017). Conditional cash transfers: The case of progres/a/oportunidades. *Journal of Economic Literature*, 55(3):866-915.
- Parker, S. W. and Vogl, T. (2023). Do conditional cash transfers improve economic outcomes in the next generation? evidence from mexico. *The Economic Journal*, 133(655):2775-2806.
- Paxson, C. and Schady, N. (2010). Does money matter? the effects of cash transfers on child development in rural ecuador. *Economic Development and Cultural Change*, 59(1):187-229.
- Pescarini, J. M., Craig, P., Allik, M., Amorim, L., Ali, S., Smeeth, L., Barreto, M. L., Leyland, A. H., Aquino, E. M. L., and Katikireddi, S. V. (2020). Evaluating the impact of the bolsa familia conditional cash transfer program on premature cardiovascular and all-cause mortality using the 100 million brazilian cohort: A natural experiment study protocol. *BMJ Open*, 10(11):e039658.
- Pinho Neto, V. R. d. and Berriel, C. M. (2017). Conditional cash transfers and nutrition: An evaluation of the bolsa familia program in rural and urban areas of brazil. *Economia Aplicada*, 21(2):185-205.
- Premand, P. and Barry, O. (2022). Behavioral change promotion, cash transfers and early childhood development: Experimental evidence from a government program in a low-income setting. *Journal of Development Economics*, 158:102921.
- Rasella, D., Aquino, R., Santos, C. A. T., Paes-Sousa, R., and Barreto, M. L. (2013). Effect of a conditional cash transfer programme on childhood mortality: A nationwide analysis of brazilian municipalities. *The Lancet*, 382(9886):57-64.
- Rivera Castineira, B., Currais Nunes, L., and Rungo, P. (2009). Impacto de los programas de transferencia condicionada de renta sobre el estado de salud: el programa bolsa familia de brasil. *Revista Espanola de Salud Publica*, 83(1):85-97.
- Santos, M. C. S., Delatorre, L. R., Ceccato, M. d. G. B., and Bonolo, P. d. F. (2019). The bolsa familia program and educational indicators of children, adolescents, and schools in brazil: A systematic review. *Ciencia & Saude Coletiva*, 24(6):2233-2247.
- Sauval, M., Duncan, G. J., Gennetian, L. A., Magnuson, K. A., Fox, N. A., Noble, K. G., and Yoshikawa, H. (2024). Unconditional cash transfers and maternal employment: Evidence from the baby's first years study. *Journal of Public Economics*, 236:105159.
- Schady, N. and Araujo, M. C. (2006). Cash transfers, conditions, school enrollment, and child work: Evidence from a randomized experiment in ecuador. Policy Research Working Paper 3930, World Bank.
- Schultz, T. P. (2004). School subsidies for the poor: Evaluating the mexican progres/a poverty program. *Journal of Development Economics*, 74(1):199-250.
- Shei, A., Costa, F., Reis, M. G., and Ko, A. I. (2014). The impact of brazil's bolsa familia conditional cash transfer program on

- children's health care utilization and health outcomes. *BMC International Health and Human Rights*, 14(10).
- Skoufias, E. and Parker, S. W. (2001). Conditional cash transfers and their impact on child work and schooling: Evidence from the progressa program in mexico. *Economia*, 2(1):45-96.
- Soares, F. V. (2011). Brazil's bolsa familia: A review. *Economic and Political Weekly*, 46(21):55-60.
- Soares, F. V., Ribas, R. P., and Osorio, R. G. (2010). Evaluating the impact of brazil's bolsa familia: Cash transfer programs in comparative perspective. *Latin American Research Review*, 45(2):173-190.
- Souza, A. A. d. and Heller, L. (2021). Bolsa familia program and environmental health: A systematic review of the effects on diarrhea and malnutrition. *Ciencia & Saude Coletiva*, 26(8):3087-3098.

Apêndice A. Informações de submissão

Título em inglês (English title)

Public Policy Note: What We Know about Conditional Cash Transfers and Bolsa Família.

Abstract

Conditional cash transfers (CCTs) combine monetary transfers to poor households with verifiable commitments, usually school attendance and preventive health care. This public policy note reviews the international literature on CCTs and the Brazilian evidence on Bolsa Família. The evidence is strongest for outcomes close to the transfer and the conditionalities: consumption, poverty, school enrollment and attendance, preventive health use, and child labor. Evidence on learning, adult income, labor supply, mortality, productivity, and intergenerational mobility depends more on service quality, age of exposure, local administrative capacity, labor-market conditions, and time. Brazilian administrative studies add scale, showing relevant evidence in education, health, tuberculosis, mortality-sensitive outcomes, and social mobility. They also show that exits from social programs are more common where employment, health, education, and local economic conditions are stronger. For policymakers, Bolsa Família should be treated as social protection infrastructure: pay predictably, preserve targeting, monitor school and health conditionalities, finance local capacity, smooth formal-work transitions, and correct improper payments with audit trails and contestation rights.

Palavras-chave em inglês (Keywords)

Bolsa Família; conditional cash transfers; public policy; social protection; evidence review.

ORCID

Victor Rangel: <https://orcid.org/0000-0002-4520-2795>.

Declaração de contribuição dos autores

Este manuscrito é de autoria única. A declaração de contribuição dos autores não se aplica.

Conflito de interesses (Conflict of interest)

O autor declara não haver conflito de interesses financeiro, institucional ou pessoal relacionado a este manuscrito.

Declaração de disponibilidade de dados de pesquisa (Data availability statement)

Este manuscrito é uma revisão de literatura e política pública. Ele não gera nova base de dados, não utiliza microdados restritos e não apresenta estimações empíricas originais. As fontes utilizadas estão identificadas na lista de referências por DOI, URL oficial ou página de working paper.

Dados e uso de IA

Ferramentas de IA, incluindo Codex, foram usadas como apoio operacional à organização de referências, síntese de literatura, verificação de consistência textual e edição. A seleção final das fontes, a interpretação da literatura, a redação final e a responsabilidade por eventuais erros são do autor.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.